DOM JOSÉ RODRIGUES: A VOZ DOS OPRIMIDOS NO SEMIÁRIDO BAIANO (1975-1985)

Maria Helena Feitosa de Carvalho Medeiros
(Mestranda, PPGH-UNICAP, mhcm.jua2014@gmail.com)

Resumo

A presente comunicação pretende analisar a trajetória de Dom José Rodrigues de Souza que exerceu seu episcopado na Diocese de Juazeiro de 1975 a 2003. Logo que chegou, encontrou na região um clima de grande efervescência, o drama dos desalojamentos da população dos quatro municípios atingidos em consequência da construção da barragem de sobradinho. No início da irrigação no submédio São Francisco vieram as grilagens de terras, e em resposta ao sofrimento do povo expulso pela barragem e aos camponeses vítimas de grilagens, criou a CPT Regional do Nordeste III (Bahia / Sergipe), em 1976. Também sensível as demandas e o sofrimento do povo criou outras sete pastorais sociais, incentivou a articulação sindical de todo Vale do São Francisco, no acesso ao conhecimento, especialmente para jovens, organizou uma biblioteca com 45 mil volumes e que muitas vezes, ele comprava livros com seu próprio dinheiro. Dom José Rodrigues Souza, faleceu em Goiânia-GO, em 09/09/2012. Seu corpo foi translado para Juazeiro, onde foi sepultado, como era sua vontade. Em tempos de ditadura civil-militar, numa região pobre de informação e conhecimento, ele foi porta-voz dos pobres nas igrejas e capelas, no rádio (propaganda semanal: “Semeando a verdade”), Boletim Mensal da Diocese (“Caminhar juntos”), na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e em viagens pela Europa. Dom José Não se intimidou com a repressão militar, os quatro municípios atingidos pela barragem de Sobradinho transformados em “Área de Segurança Nacional”. Sua casa foi invadida, vasculhada, os muros e portas da Catedral pichados pelo comando de caça aos comunistas.

Palavras-chave: Dom José; Autoritarismo; Grilagem

Introdução

Em fevereiro de 1975, toma posse na Diocese de Juazeiro-BA, seu novo Pastor Dom José Rodrigues de Souza, CSsR. Dom José nasceu na cidade de Paraíba do Sul- RJ, foi um missionário redentorista e bispo católico brasileiro. Segundo bispo da diocese de Juazeiro e faleceu em 09 de setembro de 2012, na cidade de Goiânia-GO.

Na região norte da Bahia, no afamado ”polígono das Secas” encontrou as terras mais secas, quentes e pobres do Brasil. Também nessa região inóspita, encontrou uma situação dramática estava em curso a construção da Barragem de Sobradinho, e em consequência disso, o desalojamento de 72 mil pessoas, o desaparecimento de quatro cidades sedes municipais, povoadas e grande parte das terras agricultáveis desses municípios. Uma obra faraônica, assim como ele a denominava.

Diante do cenário encontrado, a igreja que antes adotara uma postura passiva, entendia a construção da obra como portadora de desenvolvimento passou a questionar o lugar ocupado pela população, especialmente a rural no projeto em execução pela Chesf. Na prática a igreja se colocava ao lado dos desalojados contra a CHESF e o Estado. Nesse contexto, em abril de 1975, a Diocese promoveu a primeira reunião conjunta de autoridades locais, vigários e agentes de pastorais. Nessa reunião foi redigido um memorial, com as reivindicações mais urgentes do povo, que fora enviado ao governador do Estado, na época o senhor Roberto Santos, ao diretor da CHESF e ao coordenador Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Durante seu bispado em Juazeiro, sensível aos problemas sociais no meio urbano, especialmente na Periferia, promoveu nove pastorais sociais entre elas: Pastoral da Criança, da Juventude do Meio popular, da mulher marginalizada, da saúde, dos pescadores, da terra e carcerária. Como visionário, percebendo a falta de informação ou pouca informação, base essencial numa sociedade critica e politizada, implementou uma biblioteca com 45 mil volumes, uma locadora de vídeos com 2.000 títulos, ferramentas necessárias para os agentes de pastorais e leigos que serviam as pastorais sociais da Diocese.

Na solução e busca de convivência com a seca, implantou um projeto de construção de cisternas caseiras, que coletavam água da chuva ficando armazenada para o consumo das famílias no semiárido. Fez muitas denúncias nos jornais e rádios sobre a problemática da seca e o descaso das autoridades frente ao problema. Mas também como autoridade, representando um seguimento religioso, era chamado a dialogar com as instituições e autoridades para juntos buscarem soluções viáveis para a seca no semiárido baiano.

Após a formação e expansão do lago de Sobradinho, considerado o maior lago artificial do mundo, em espelho d'água, tem início a irrigação no submédio São Francisco. E mais uma vez, o governo incentiva os grandes projetos e agroindústrias a se apropriarem das melhores terras no Vale do São Francisco. Em muitas circunstâncias por meio da expulsão dos pequenos proprietários e posseiros através da grilagem. Para atender essas demandas e apoiar a luta dos Camponeses vítimas de expulsão e grilagem, a Diocese cria a CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Juazeiro.

No setor de comunicação, no intuito de trazer a população das comunidades informadas das notícias locais, regionais, nacionais e até mundial, lançou mão de diversos mecanismos como: programas de rádios semanais, boletim informativo "Caminhar juntos", as capelas, Assembleia Legislativa e Câmara Federal, e articulações entre sindicatos regionais com as federações.

No trabalho de conscientização política e social, sempre defendia a ideia, "em vez de dar o peixe, vamos dar o anzol". Um trabalho de promoção à dignidade humana. O voto como instrumento de transformação, sempre era tema abordado em seus programas de rádio e boletins informativos. Reforçando essa ideia de conscientização, a Diocese chegou a produzir cartilha de educação política para as comunidades.

A frente de uma igreja questionadora, e com os quatro municípios: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, considerado área de segurança nacional, desde a construção da Barragem de Sobradinho, Dom José enfrentou situações difíceis em relação aos poderosos e opressores, que viam no seu trabalho apostólico como subversivo. Era chamado de comunista em pichações nas paredes e muros da catedral, também era visto como agitador e incentivador de conflitos, especialmente de terra.

Assumindo um trabalho apostólico, de "opção preferencial pelos pobres", segundo orientação do documento de Puebla- de 1979, no México. Dom José protagonizara seus discursos nos enfrentamentos políticos e nas injustiças sociais no Vale do São Francisco. Um trabalho que se articula em alinhamento com o trabalho apostólico de Dom Helder Câmara em Recife e Olinda, e do Bispo Pedro Casaldáliga

de São Felix do Araguaia. Nesse sentido, seus discursos adquirem dimensão no espaço público e transformam-se em acontecimentos históricos, passíveis de uma análise historiográfica, que se materializa neste presente trabalho.

Comentado [UdW1]: Não entendi essas informações. Elas estão desconfiguradas e desconexas em relação ao texto.

Uma igreja questionadora e o Projeto Sobradinho

Iniciando seu trabalho na Diocese de Juazeiro, na segunda metade da década de 70, Dom José Rodrigues encontrara dois grandes desafios. O regime civil-militar, período em que se confundiam as forças militares e políticas, e a perseguição a qualquer tentativa de organização social.

Nesse contexto, outra situação agravante estava em curso, a construção da Barragem de Sobradinho no rio São Francisco. Era um momento de muita efervescência, pois em consequência disso, 72 mil pessoas desalojadas e um Estado omisso, havia um consenso entre as elites e o governo em Brasília. “O governo da Bahia”, segundo João Saturnino, “não tomou nenhuma Providência, era como se aquela catástrofe não estivesse ocorrendo em seu território”. Não se obteve dele nenhum sinal de boa vontade em relação à população (Estrela, 2004, P.93).

Quando se evidenciou que a represa afetava mais de 13 mil famílias humildes, na Bahia, a igreja católica principalmente o bispo de Juazeiro, ergueu o protesto contra essa violência (Coelho, 2005, P.158). A Igreja que no inicio acreditava na construção da obra como portadora de desenvolvimento para a região, e que não via nenhum problema, passou a ter uma postura questionadora em relação a população desalojada, especialmente a rural no projeto em execução pela CHESF (Companhia hidrelétrica do São Francisco). Com essa postura, a igreja de Juazeiro se posicionava contra a CHESF e o Estado, numa tomada de partido em favor dos desalojados.

Segundo Antônio Coelho, em materialidade, as próprias autoridades não tinham planos e estudos sobre o que faria com a população que vivia na região e teria de ser evacuada. Até julho de 1972, a CHESF não sabia o que propor e o que fazer com os milhares de sertanejos que perdiam tudo – casas, povoados, modo de alimentar seus familiares, locais de trabalho, enfim, tudo o que possuíam inclusive seu

patrimônio cultural, laços afetivos e até seus mortos enterrados nos cemitérios de cada cidade e seus povoados.

Diante de um plano negligenciado, pela falta de planejamento e estudo, a população sertaneja também enfrentava a arrogância e prepotência dos governos militares, que se julgavam senhores dos destinos do Brasil, encaravam os ribeirinhos como seres primitivos, analfabetos e incapazes. Essa gente humilde, que se tornara um estorvo na montagem da Represa de Sobradinho.

Numa carta relatório, ao presidente da Eletrobrás, em 14 de julho de 1972, o engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz, diretor da CHESF, referiu-se com as seguintes palavras aos que tinham de ser afastados.

> {...} O problema agrava-se, entretanto, ao considerarmos o habitante da região, especialmente o tipo rural, extremamente pobre e subdesenvolvido, conhecido por barranqueiro {...} Sua qualificação profissional aqui limita-se ao trabalho nas lavouras de subsistência, na pesca para uso próprio e em pequenas atividades extrativas. Seus instrumentos de trabalho são o remo, a enxada e o facão. O barranqueiro é o homem totalmente condicionado ao rio, que tudo lhe dá. Vive isolado e autossuficiente. Analfabeto, sem usufruir qualquer benefício de comunicação de massa, seus contatos humanos são restritos ao seu próprio nível, com os vizinhos e nas feiras, sua mentalidade não pode evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor ao desconhecido. Assim, agarra-se ao rio, que lhe assegura a sobrevivência e às crenças, que o confortam. Além de tudo, com justa razão, profundamente sentimental para com seu rio, por afeição - O Velho Chico. Socialmente é, pois, um ser desvinculado, cultural e economicamente do resto do país. (Relatório da CPI da Câmara dos Deputados, Op. Cit. p. 26-27).

Segundo Margarete Pereira da Silva, os custos sociais advindos da instalação de Sobradinho mobilizaram a Igreja Católica na região e fizeram aflorar uma nova Ótica na relação fé e compromisso social. Nessa nova visibilidade, a Diocese de Juazeiro assumiu o papel de interlocutora dos desalojados daquela que seria, por muito tempo, considerada a obra de orgulho da engenharia nacional.

Em entrevista a dois representantes da “Misereor”, em 01/09/1978, Dom José fizera um relato dramático das novas cidades. As cidades transplantadas, que além do aumento populacional, em decorrência dos relocados, não contavam com uma

produção agrícola e Pecuária capaz de atender a demanda, não existia mercado de trabalho com capacidade de absorver a grande quantidade de mão de obra que já se encontrava na ociosidade.

Nas novas cidades, o custo de vida se tornou muito alto, atingindo níveis insuportáveis. Pois com as perdas dos locais de produção agrícola, que antes abasteciam as velhas cidades, como as Ilhas, as vazantes, os lameiros, onde se produziam feijão, milho, mandioca, batata e verduras. Com o mercado funcionando devidamente e também as feiras, com grande quantidade de gênero de produção local. Com essas perdas as novas cidades, ao contrário, ficaram dependentes da maioria dos gêneros vindos de outras regiões, que chegaria ao mercado local com preços altos. Desta forma, a população de baixa renda que representava a grande maioria nessas cidades, vivia dificuldades enormes. Outra dificuldade também, foi com o abastecimento de carnes, seja de gado, ovino, caprino ou suíno, pois com a inundação grande parte do gado e outros rebanhos foram vendidos ou se perderam.

No que se refere à população rural, a situação dessas famílias é muito séria. Nos novos povoados (núcleos), as famílias que viviam à beira do rio São Francisco foram realocados ou para as agrovilas da Lapa, a 700 km da região local, ou para novos núcleos a borda do lago e outros locais. Nesse processo de mudança e adaptação, a esses novos espaços transplantados, eles perderam a safra de 1977 por causa da mudança, a safra de 1978, embora o inverno tenha sido excelente na região, mas faltaram-lhes condições para plantar. As irrisórias Indenizações que receberam, gastaram na construção de suas casas e na própria manutenção. Não tiveram dinheiro para desmatar suas roças, localizadas nas caatingas, comprar sementes e defensivos agrícolas.

Diante desse clamor geral pela sobrevivência, Regina Beatriz nos oportuniza, uma reflexão crítica das circunstâncias precárias que cercam os desalojados e que transformam a vida em sinônimo de radical vulnerabilidade para famílias, grupo de pessoas e indivíduos, afetando direitos básicos como trabalho, moradia e alimentação. Nesse aspecto a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S/A), da qual a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) é subsidiária montou o projeto Sobradinho ou projeto de desenvolvimento integrado a borda do lago para dar

assistência as populações transferidas, aplicando CR$144 milhões de cruzeiros na região, quantia que é pequena em comparação das 70 mil pessoas deslocadas. Para o povo, sem se deixar manipular, é um momento oportuno de cobrar o conteúdo desse projeto, consciente dos seus direitos e da necessidade de reclamá-los junto a CHESF e Eletrobrás.

No que tange as indenizações, das terras dos camponeses expropriados da região de Sobradinho, percebe-se na visão de Regina Beatriz, como a instabilidade é parceria da violência física e simbólica, presentes em suas narrativas. Não são vistos como sujeitos de direito. Para os ricos, grandes fazendeiros que tinham o título de suas terras, as indenizações foram boas, ou ao menos, razoáveis. Mas para os pequenos proprietários e para os posseiros, a situação tornara-se difícil e mais calamitosa. Eram a maioria e não tinham o título da terra, as indenizações recebidas, apenas correspondiam as benfeitorias: poços, casas, fruteiras, cercas, Cacimbas e outras. Por serem tão irrisórias as indenizações, o pequeno proprietário ou posseiro não consegue fazer outras benfeitorias ou comprar terra em lugar algum. A violência que ocorre, quando há o descompromisso do Estado, em não garantir o acesso dos pequenos proprietários e posseiros a justiça de forma democratizada. Nas quizilas judiciárias, não apenas se envolveram os ricos proprietários. Não se pode ocultar nesse processo o interessante número de moradores, morando em terras devolutas e nelas trabalhando por muito tempo, e por não serem portadores de títulos legal nunca apareceram nas contestações e nos litígios (CABRAL, 2004, p.39).

No entanto, com essas demandas sociais, Dom José implementa e cria na Diocese a CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Juazeiro em março de 1977, em articulação com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e as Dioceses: de Petrolina-PE, Senhor do Bonfim-BA e Ruy Barbosa-BA. Para os bispos dessas respectivas Dioceses, a CPT como um organismo, daria melhor assessoramento a população atingida pelas questões da terra.

A problemática da grilagem de terra na Diocese

A grilagem de terras no Brasil, sempre foi tratada de forma negligenciada, “se fazendo vistas grossas” às suas demandas, ou em conivência com os detentores do poder. As demandas de violência no campo, frutos das “grilagens”, constituem o agravamento da situação de monopólio da terra, que sempre foi uma característica do Brasil, desde a chegada dos portugueses e seu projeto de colonização. Como sempre, o povo excluído desse empreendimento, não teve direito de ocupar as terras brasileiras para trabalhar e produzir, pouquíssimos proprietários sempre detiveram quase toda a terra, e a massa de camponeses pobres teve de encontrar formas de sobrevivência, migrando, ocupando terras abandonadas, encontrando brechas dentro do monopólio.

No que tange esse assunto, o motivo imediato principal é a política oficial, incentivando a produção de determinados bens agrícolas, financiando-os em condições escandalosas e dando todo tipo de incentivos fiscais. Por trás dessa política, camuflam-se os interesses do capitalismo imperialista e global, que ditam as ordens e determina a cada país o que deve produzir como e para quem. Deixando de atender as necessidades nacionais, e servir os interesses capitalistas. Esse modelo ainda arcaico nos lembra os resquícios da política econômica colonial, em que a produção da colônia, era destinada a atender as necessidades da metrópole. Ou seja, não voltada para atender o mercado interno. Com isso as terras foram valorizadas artificialmente e concedidas aqueles que gozam dos favores oficiais, os que nelas moram e trabalham, tendo direito de posse e não de propriedade. Nessa condição estão sujeitos mais uma vez a serem violentados e expulsos, através desse conjunto de arbitrariedades e corrupção que se chama “Grilagem”

Na década de 70 com a construção da barragem de Sobradinho, problemas relativos a grilagem se proliferaram, fazendo do Norte da Bahia, região de Juazeiro e os municípios à borda do lago, palco de luta contra as grilagens de terras. O Bispo da Diocese de Juazeiro, Dom José Rodrigues afirmara que esteve diversas vezes prestando depoimento e fazendo denúncias à CPI, instaurada para analisar problemas de terra (J.BA.28/08/79 e 18/10/79)

O modelo fundiário do Brasil, século XIX, segundo Cabral, é potencializador das questões e conflitos agrários, em relação à demarcação de terra para obtenção de títulos legais. Na Bahia, segundo dados da (secretaria de agricultura 1978), Dom José afirmara que menos de 5% das propriedades rurais possuíam títulos. Essas terras passam de geração a geração, por herança. Assim, a ausência de uma regularização fundiária, assegurando o direito de propriedade foi o fator crucial, para a grilagem de terra no entorno lago de Sobradinho. Especialmente, Casa Nova e Sento - Sé.

Segundo Dom José (Caminhar juntos-1978), pessoas espertas compram ou alargam suas posses, invadindo as terras dos posseiros que não podem exibir o título de suas terras. Também, com a irrigação no submédio São Francisco, as grandes empresas agroindustriais, a exemplo da Camaragibe em Casa Nova, que por meio de documentos fraudulentos se apropriou de terras e começou a forçar os posseiros a se retirarem. Nesse contexto a omissão do Estado, especialmente a justiça desigual para com os cidadãos, perante a lei, os posseiros ou pequenos proprietários ficam desprotegidos contra invasão de suas terras por meio dos mais fortes. Que para expulsar os posseiros, empregam-se os meios mais arbitrários e criminosos como: queimar a casa ou plantações, até mesmo matar lavradores ou quem ouse defendê-los, no caso sindicalistas, advogados, padres, leigos e outros.

Na abordagem da questão da mobilidade espacial no país, o recorte metodológico da professora Regina Beatriz, enfatiza as experiências de trabalhadores pobres e identificados com os deslocamentos sociais na Amazônia. Numa lógica em que o Estado e as empresas privadas estão condicionados aos mesmos interesses, incrementar a venda de terras e o mercado de trabalho. É o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não capitalistas, combinados ou não, (Oliveira, 2007, P.11). Na região à borda do lago de Sobradinho, além dos deslocamentos forçados das pessoas que foram retiradas. Também houve um fluxo migratório de pessoas que vinham para a região, seja porque compraram terras, seja por meio dos grandes projetos de irrigação, ou através das empresas agroindustriais, ou como trabalhadores. Nessa configuração de alinhamento entre Estado, representado pela CHESF, CODEVASF e o capital privado, os grandes projetos e as

agroindústrias, se pode afirmar a existência da mobilidade espacial movida pelos mesmos interesses.

Comentado [UdW2]: Não entendi essas informações. Elas estão desconfiguradas e desconexas em relação ao texto.

Dom José e as Pastorais Sociais

O documento de Puebla, de 1979, o termo “pobre” tem, na Bíblia uma conotação político-social. Designa escravo, o estrangeiro, o perseguido, o cativo. Não se trata apenas do simples necessitado, mas do oprimido, do explorado. Não designa apenas o indivíduo, mais a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido (Puebla, 1979, P. 47 e 48). Nesse eixo articulador, Dom José assume a opção preferencial pelos pobres, fundando as pastorais sociais para dar visibilidade aos grupos oprimidos e marginalizados, que o documento de Puebla especifica claramente na América Latina: Os indígenas, os camponeses sem-terra, afro-americanos, operários, desempregados, subempregados, as mulheres marginalizadas e outros.

Das nove pastorais sociais da Diocese tem, maior destaque: a CPT (Comissão Pastoral da Terra)- grande Apoio aos atingidos pela barragem, grilagens de terra, estiagem de chuva, projetos de irrigação e instalação de grandes empresas, (caminhando, 2012). PMM (Pastoral da Mulher Marginalizada), um trabalho de acolhimento às mulheres em vulnerabilidade a prostituição. Esse acolhimento começa pela valorização da pessoa humana e a busca de sua dignidade. Para isso, foi criada uma escola onde são promovidos diversos cursos: alfabetização (muitas analfabetas) prendas domésticas corte e costura, datilografia, pintura, tapeçaria, artesanato, aulas de boa educação, orientação familiar. Ao inseri-las num contexto social mais humano, significa ajudar essas mulheres marginalizadas, a vencerem esse estado de pobreza. Que na visão de Dom José a partir da interpretação de Puebla, trata-se da pobreza da dimensão sócio-política, isto é, generalizada, estrutural, não sendo uma etapa transitória, e sim produto de situações e estruturas econômicas, sociais e políticas (Puebla,1979, P.42).A Pastoral da saúde, que luta pelo direito à saúde convencional, mas também valoriza a medicina popular das Comunidades e o meio ambiente. A PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular). Esse era um trabalho muito substancioso com os jovens, sua preocupação era trazê-los mobilizados e informados.

No âmbito da Diocese, havia um trabalho de articulação entre jovens urbanos e rurais, com assembleias paroquiais e depois Assembleia diocesana que acontecia anualmente em Juazeiro. Nessas assembleias, tanto diocesanas como nas paroquiais, eram discutidas diversos temas: política, economia, cultura, namoro, sexualidade, fé e também os conflitos do cotidiano como drogas e outros.

Comunicação como prática evangelizadora

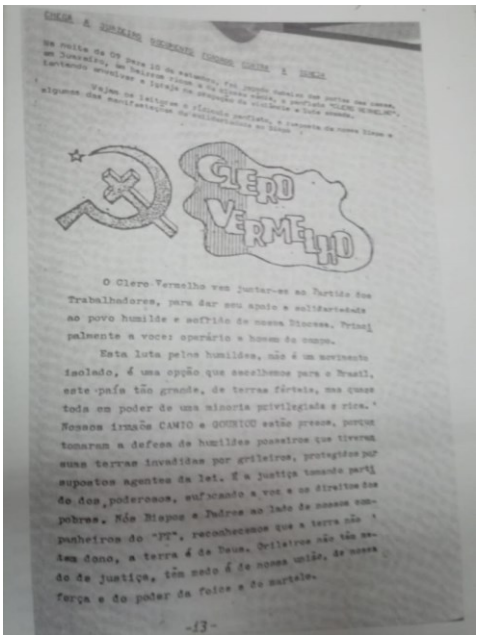
No seu trabalho de evangelização, informação e conhecimento eram elementos essenciais, na promoção da liberdade da pessoa humana. Nesse aspecto, mesmo em tempos de silenciamento, com a censura dos militares ao que era divulgado pela imprensa e outras formas de comunicação, Dom José buscou mecanismos e outras formas de comunicação para trazer as comunidades de sua Diocese informadas. Dentre suas atuações, o trabalho das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), junto às pastorais, a circulação de um boletim informativo, espécie de calendário impresso, por nome de “Caminhar Juntos” redigidos pelo próprio bispo. Criou o setor diocesano de comunicação (SEDICA), uma biblioteca com 45 mil volumes, equipamentos de produção de rádio e televisão, jornalismo impresso, uma locadora com mais de 2.000 títulos de vídeos para escolas e professores e três programas de rádio semanais. Também nessas configurações, são mencionados seus discursos e depoimentos na Assembleia Legislativa da Bahia e Câmara Federal, denunciado a problemática da seca no semiárido baiano. E porque não dizer, também nordestino?

Seu trabalho inspirou o surgimento de organizações populares na luta de convivência com o semiárido, a exemplo do IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), uma organização não governamental sediada em Juazeiro. Além de participar da criação do projeto cisternas caseiras para poder armazenar água de chuva.

Em decorrência da sua opção, Dom José e a equipe da Diocese enfrentaram situações conflituosas ao longo do seu episcopado. O apoio dos religiosos e leigos foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho pastoral. Ele sofreu ameaças de morte, uma campanha difamatória e se deparou com uma pouca aceitação por parte

da elite local. O incômodo gerado pela atuação de Dom José e sua equipe pode ser compreendido num contexto de enfrentamento que colocam em disputa projetos de desenvolvimento para o país e questionamentos as relações de poder.

Por não atender mais a interesses exclusivos, a igreja sofreu acusações de subversão da ordem ao abandonar a sua missão evangelizadora e mantenedora da paz social. Foram reproduzidas falsificações de documentos sobre o "Clero Vermelho", com afirmação de um suposto envolvimento da igreja com pregações sobre violência e luta armada. Esses panfletos foram disseminados por toda cidade (Caminhar juntos, 1982).



Fonte: CAMINHAR JUNTOS, 1982, p.13.

Dom José entrou para a congregação do Santíssimo Redentor em 1946 e até a sua nomeação para a Diocese de Juazeiro esteve envolvido, principalmente, com as questões internas da congregação, com a atividade de professor e como superior vice-provincial, bem distanciado das questões políticas, segundo Margarete Pereira

da Silva. Num trecho de uma entrevista, dada por Dom José Rodrigues, novembro de 2000, em sua residência episcopal, ele relata a sua árdua missão e as consequências que sofreu do novo projeto de desenvolvimento do Estado brasileiro, durante a vigência do Regime Civil-Militar no país, onde estava em voga a Doutrina do Desenvolvimento e da Segurança Nacional. Inclusive os quatro municípios atingidos pela barragem de Sobradinho, estavam decretados área de segurança nacional. Os prefeitos não eram eleitos, democraticamente pelo povo. Eram indicados.

> Mas [...] nomeado bispo de Juazeiro, sem saber a situação da Diocese, chego aqui, então fico sabendo dessa tal barragem de Sobradinho, e comecei a visitar aí as paróquias, era aí um clamor geral. A Diocese não estava preparada para essa luta, até na Diocese havia a ideia de que isso não era missão da igreja. Mas, ouvi aquele clamor dos pobres, apelos dramáticos e só pude ficar ao lado deles, por opção Cristã e por opção de Bispo. Então eu penso que essa experiência me ajudou na opção pelos pobres. [...] Então a realidade ajuda a gente a se converter numa opção assim [...]39.

Então, se a opção pelos pobres foi uma experiência de conversão, de certa forma, uma conversão forjada na dura realidade de uma comunidade às margens do São Francisco. E essa conversão, selou o seu destino e o seu desejo de permanecer nessa comunidade, após a sua morte, em nove de setembro de 2012.

Fontes documentais

Caminhando. Jornal informativo - CPT Juazeiro. Edição especial: 35 anos da história da CPT. Ano 3 - nº 01.

Caminhar juntos. Boletim informativo nº 24. Setembro de 1978. P.01, 02, 03, 04,05 e 06

Caminhar juntos. Boletim informativo nº 71. Setembro de 1982. P.13

Documento de Puebla - Texto oficial edições Paulinas 1979, no México - Evangelização no presente e no futuro da América Latina P. 41, 42, 47 e 48

A Grilagem na Bahia, Relatório- grupo de Estudos Agrários, Salvado-BA, 1979

Referências bibliográficas

CABRAL, Flávio José Gomes. Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do rodeador. Pernambuco, 1820. São Paulo: annablume, 2004.

COELHO, Marco Antônio Tavares. 1926- Os descaminhos do São Francisco. São Paulo: paz e Terra, 2005.

ESTRELA, Ely. Três felicidades e um desengano. a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho. Doutora em história social – PUC/SP 2004

GUIMARÂES, Neto R.B história política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia brasileira, 2010

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. modo capitalista de produção agricultura e reforma agrária.Labur edição, São Paulo,2007, 1° edição

SILVA, M.P. O bispo de Juazeiro e a ditadura civil-militar. Parte da dissertação do mestrado de história da faculdade de filosofia e ciências humanas, da Universidade Federal da Bahia(2002). Com o título “Não tenho paciência histórica”- a igreja popular em Juazeiro (BA)(1962– 1982)

http//irpaa/noticias/514/bispo-dos-excluídos-foi-sepultado-em-Juazeiro